



RESPOSTA AO PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO Nº0012541/2024

1. RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de impugnação via processo n.º 0012541/2024 ao Edital do Pregão Presencial nº 07/2024 (SRP), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para locação de equipamentos de informática para uso administrativo e pedagógico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O pedido de impugnação (0012541/2024) foi encaminhado no dia 23/05/2024, às 10:37, por meio de processo físico aberto no setor de protocolo do município, pela empresa Simpress Comércio Locação e Serviços LTDA, CNPJ nº 074.432.517/0001-07.

Diante disso, passa-se à análise da admissibilidade e, por conseguinte, do mérito da exordial impugnatória.

2. DA ANÁLISE E DA MANIFESTAÇÃO

Recebida de forma tempestiva a impugnação, analisada os argumentos colocados, apresentamos as seguintes ponderações:

- 1) Conforme rege o Registro de Preço, o total das máquinas não serão adquiridas de forma imediata, que caso fosse esse o objeto, não caberia a realização de registro de preço, mas sim a aquisição ou aluguel do total de máquinas, que não é o caso.
- 2) Após a licitação, tem a fase da homologação, e posteriormente será lavrada a Ata de Registro de Preço. Na fase seguinte será analisada a utilização da mesma, para após este ato, empenhar a despesa e gerar os contratos, conforme a necessidade e previsão exarada na memória mencionada no Termo de Referência.

Quadra consignar que a empresa vencedora conhece previamente a assinatura do Contrato, o quantitativo a ser utilizado, mediante a formalização do mesmo por esta secretaria, no momento da abertura do processo de uso. Ato contínuo, ocorre a lavratura e assinatura do Contrato com a devida publicação do mesmo. Como pode-se aferir, trata-se de licitação para formação de Registro de preços, e até chegar a fase de fornecimento, a empresa vencedora terá conhecimento da expectativa de tal fato ocorrer com mais de 10 (dez) dias, previstos no item 7.4.

Faz-se imperioso frisar que no decorrer de toda tramitação processual ocorre lacunas temporais desde a fase da consagração da empresa vencedora até a assinatura do contrato, restando a empresa um tempo suficiente para o preparo até mesmo da totalidade referente ao quantitativo mencionado no Edital.

Insta ressaltar que, considerando que o item 1.5 do Edital prevê a quantidade mínima de 10 %, bem como as boas práticas de relacionamento que esta Prefeitura mantém com seus licitantes/contratados, é possível verificar uma razoabilidade no tocante ao fornecimento no prazo estabelecido.

Desta feita, concluímos que essa empresa ou outra que participe do certame em pauta tenha condições de atender plenamente o objeto em questão. Destacando ainda, que essas



demandas são para a execução das políticas e das necessidades do Poder Público, onde predomina o princípio da supremacia do Interesse Público, devendo os prazos atender as mesmas, sendo ponto também de disputa daqueles que tem capacidade técnica e operacional para suprir esta necessidade.


- 3) Em destaque, podemos apontar a própria educação, que precisa de equipamentos para a realização da educação pública, e faz necessário que a empresa que conseguir alcançar o melhor preço, ou seja que vier ser detentora da Ata de Registro de preço, tenha também capacidade de atender a demanda conforme a supremacia do interesse público. O melhor preço é o caminho central da disputa no pregão, entretanto, devem oferecer o melhor preço quem tem a capacidade de atender a demanda que a educação necessita. Em exercício de reflexão sobre o tema, imaginamos um prazo de 30 dias para entrega desses equipamentos, o que na prática seria uma perda significativa, tendo em vista que passaremos metade do bimestre escolar sem os mesmos, gerando prejuízos que não teremos como corrigir, somente minorar.
- 4) Em outros processos, que também culminaram em atas de registro de preço, a Prefeitura de Maricá, e outras prefeituras, já estabeleceram prazos menores para entregas após a lavratura do contrato, porque essa era a necessidade do Poder Público, amparada pelo princípio do Planejamento e eficiência.


3. DA DECISÃO

Portanto, diante ao exposto, esta Secretaria considera que improcedente está impugnação.

Este é o parecer.

Maricá, 14 de junho de 2024.


Flávio Ferreira Consoline
Mat. n. 106.397


Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941

Luanna Cariri
Subsecretária de Planejamento,
Orçamento e Finanças da Secretaria
de Educação - Mat. 112676



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Número	12541/2024
Data do início	23/05/2024
Folha	14
Rubrica	

14 de junho de 2024

À Procuradoria Geral do Município,

Encaminhamos os autos para análise da resposta da Secretaria acerca do pedido de impugnação da empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços LTDA.

Atenciosamente,

Flávio Ferreira Consoline
Mat. n. 106.397

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941